

## **Breve histórico das recepções de *O capital* no Brasil (1867-1917)<sup>1</sup>**

Bruno Prado Prates<sup>2</sup>

### **Resumo:**

As ideias de Karl Marx chegaram ao Brasil tardiamente, deparando-se com grande dificuldade para encontrar espaço entre os intelectuais brasileiros e no movimento operário que, pelo menos até a Revolução Russa de 1917, utilizava-se de outras tradições econômicas e filosóficas. Sendo assim, a principal obra do autor alemão, *O capital*, publicada em 1867, levou décadas para ser recebida pelos brasileiros e, enfim, revolucionar o pensamento crítico e a compreensão da realidade brasileira. O objetivo do presente artigo é apresentar, brevemente, as principais recepções de *O capital* no Brasil desde a provável primeira leitura até a Revolução Russa, quando a obra de Karl Marx atingiu mais amplamente os socialistas do mundo todo.

**Palavras-chave:** *O capital*; história do marxismo; ideias de Marx no Brasil; *O capital* entre os brasileiros.

### ***Brief history of the receptions of Capital in Brazil***

### **Abstract:**

Karl Marx's ideas came to Brazil late, finding it difficult to find space among the Brazilian intellectuals and the working-class movement that, at least until the Russian Revolution of 1917, were adepts of other economic and philosophical traditions. Thus, the main work of the German author, *Capital*, published in 1867, took decades to be received by Brazilians, and finally, to revolutionize the critical thinking and the understanding of Brazilian reality. The purpose of this article is to briefly present the main receptions of *Capital* in Brazil from the probable first reading until the Russian Revolution of 1917, when Karl Marx's works reached more widely the socialists of the world.

**Key words:** *Capital*; Marxism history; Marx's ideas in Brazil; *Capital* among Brazilians.

---

<sup>1</sup> Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

<sup>2</sup> Graduando e pesquisador de iniciação científica em ciências econômicas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço eletrônico: brunopradoprates@gmail.com.

## **Introdução**

**E**m 2017 comemoramos 100 anos da Revolução Russa, 150 anos da publicação d'*O capital* por Karl Marx e, em 2018, o que seria o aniversário de 200 anos do autor alemão. Em meio a essas datas comemorativas, faz-se necessário relembrar a influência da obra de Karl Marx e, em particular, sua obra magna, *O capital*, na tradição socialista mundial.

No Brasil, a tradição marxista chegou relativamente tarde. A primeira tradução do *Manifesto comunista* para o português brasileiro foi feita em 1923 por Octavio Brandão, militante do Partido Comunista do Brasil (PCB). Já *O capital* só foi traduzido no Brasil na década de 1960, por Reginaldo Lemos de Sant'Anna, na edição da Civilização Brasileira, sob direção de Ênio Silveira, militante do PCB. O livro, no entanto, já existia em língua portuguesa por um resumo escrito pelo francês Gabriel Déville em 1883 e publicado em Portugal em 1912.

O atraso na absorção das ideias de Karl Marx pelo movimento operário brasileiro não ocorreu por acaso. No Brasil, o pensamento de outros socialistas como Saint-Simon vigorou entre os intelectuais e operários durante muito tempo. Em seguida, a hegemonia do pensamento anarquista dificultou a adoção do socialismo científico como pensamento orientador das lutas sociais.

Essa situação começou a se modificar após a eclosão da Revolução Russa em 1917 e, como consequência da divulgação de seus feitos pelo mundo, a criação do PCB em 1922. Apesar de adotar uma linha teórica ainda pouco embasada nos escritos de Marx, a atuação do PCB possibilitou maior divulgação das ideias do pensador alemão e contribuiu para introduzi-las no movimento operário. As leituras d'*O capital* tornaram-se, portanto, cada vez mais acessíveis. Há a certeza de que alguns militantes do PCB, como Heitor Ferreira Lima, frequentaram a Escola Leninista em Moscou na década de 1930 para formação política, e lá tiveram contato com a obra principal de Karl Marx.

Há, portanto, maior dificuldade para encontrar estudos d'*O capital* realizados anteriormente à fundação do PCB e à prevalência do marxismo entre os socialistas brasileiros. Na sequência deste artigo investigaremos as prováveis primeiras leituras d'*O capital* no Brasil, ainda no século XIX, quais autores se aproximaram da crítica marxista da economia política e quais os impactos destas leituras na intelectualidade e no movimento operário brasileiros até 1917.

## ***A Escola de Recife***

A investigação sobre a chegada do marxismo no Brasil e, em particular, sobre a leitura d'*O capital* entre os pensadores brasileiros remonta-nos à provável primeira citação de Karl Marx feita no Brasil. Em geral, este feito é atribuído ao intelectual sergipano Tobias Barreto (1839-89) que, em discurso realizado na colação de grau de uma turma do curso de direito em 1883 teria proferido:

Karl Marx diz uma bela verdade, quando afirma que cada período tem as suas próprias leis (...) logo que a vida atravessa um dado período evolutivo, logo que passa de um estágio a outro, ela começa também a ser dirigida por leis diferentes (...). A questão cardeal do nosso tempo não é política e nem religiosa: é eminentemente social e econômica. (BARRETO *apud* CHACON, 1965, p. 265)

E conclui:

O organismo social brasileiro não é o organismo social inglês. Esta proposição, que quase parece uma tolice por excesso de verdade, não é todavia insignificante para firmar a ideia de que o nosso regime político não pode se modelar pelo regime britânico. (BARRETO *apud* KONDER, 1988, p. 72)

As ideias de Tobias Barreto, recheadas com o discurso da luta de classes, exerceram grande influência nos pensadores com quem se relacionava, principalmente aqueles inseridos na chamada Escola de Recife. Esta consistiu em um movimento intelectual iniciado na década de 1860, tendo Barreto como principal referência, e que nasceu na Faculdade de Direito de Recife. Esse movimento foi de grande importância filosófica e sociológica para o Brasil, influenciando diversos intelectuais a partir dos três principais eixos que, segundo Paim (1997, pp. 71-85), compunham a doutrina da Escola: a crítica ao ecletismo espiritualista, a crítica à filosofia católica e a crítica ao positivismo. Dessa forma, o processo de elaboração teórica da Escola de Recife, desde Tobias Barreto, passando por diversos outros pensadores, significou um importante processo no qual a filosofia, a sociologia e a filosofia do direito se afastaram do positivismo e, gradualmente, aproximaram-se do materialismo e da retomada da metafísica.

Tobias Barreto certamente fez bom proveito das ideias de Karl Marx na tentativa de compreensão da realidade brasileira e na defesa da classe trabalhadora, que vivia em meio a uma situação de miséria. Ele próprio terminou a vida nesse tipo de situação miserável que ele mesmo descreveu como “reduzido a proporções de pensionista da caridade pública” (BARRETO *apud* PAIM, 1997, p. 33), apesar dos sucessos na academia, fato que,

provavelmente, exerceu forte influência na relação do sergipano com o autor d'*O capital*, aquele usando este como expressão de sua ira frente à miséria social em que se encontrava, junto com tantos outros brasileiros.

É bem provável que Barreto tenha de fato lido *O capital*, sendo, talvez, o primeiro brasileiro a fazê-lo, ou ao menos o primeiro de que se tem registro. Segundo Chacon (1965, p. 265), Tobias Barreto teria lido a terceira edição alemã d'*O capital*, de 1883, e de lá retirado a citação: “a questão cardeal do nosso tempo não é política e nem religiosa: é eminentemente social e econômica”. Paim (1997, p. 32) destaca que o sergipano, nessa época, mantinha boas relações com os círculos de intelectuais da Alemanha, sempre acompanhando as publicações de lá, e também menciona a existência da citação, atribuindo-a ao ensaio de 1885 A questão do poder moderador.

É difícil constatar se tal leitura realmente ocorreu, visto que Barreto nunca mencionou a obra explicitamente e nos restam, portanto, apenas as suas análises de Marx e da luta de classes para cogitar a ocorrência desse estudo. Em *Medo à utopia*, Evaristo de Moraes Filho aponta que a afirmação de que cada período histórico tem suas próprias leis, presente no discurso de Tobias Barreto, não vem diretamente de Marx, e sim de um crítico que comentou *O capital* na revista russa *Mensageiro Europeu* em 1872 (MORAES FILHO, 1985, p. 189). Este artigo é citado pelo próprio Marx no “Posfácio” à segunda edição d'*O capital*, que reproduz a citação segundo a qual, para Marx, “cada período histórico possui suas próprias leis (...). Tão logo a vida tenha esgotado um determinado período de desenvolvimento, passando de um estágio a outro, ela começa a ser regida por outras leis” (KAUFMANN *apud* MARX, 2013, pp. 89-90). Essa citação foi considerada acertada por Marx na mesma obra em que se encontra e é semelhante à que Barreto apresentou em seu discurso. Moraes Filho afirma que certamente este possuía a terceira edição d'*O capital*, de 1883, mas possivelmente não teria realizado estudos aprofundados da obra.

Barreto, no entanto, não era marxista ou socialista. O marxista Paulo Cavalcante afirma que o intelectual se vinculava ao povo apenas de forma “bastarda”, quando tocava violão nas tabernas de Recife, sem estender esse vínculo a uma militância ativa ou a uma contribuição teórica voltada à emancipação humana. O próprio Tobias Barreto teria confirmado esta constatação:

eu não sou socialista: não encarno o número dos que cuidam poder, com um traço de pena, extinguir os males humanos quase irremediáveis. Mas também não faço *coro* com a escola Manchester; não penso que a pobreza é sempre o castigo da preguiça econômica, e que, como tal, qualquer medida de socorro

ou alívio para ela importa premiar os inertes e preguiçosos (BARRETO *apud* CHACON, 1965, p. 266).

Omitiu-se, ainda, de debates fundamentais da sua época, que diziam respeito ao bem-estar da população pobre e, mesmo na posição de deputado, utilizou-se de seu cientificismo para contornar a participação na campanha abolicionista e republicana, posicionando-se de forma neutra, enquanto sujeitos como barão de Nazaré, branco, latifundiário e aristocrata; e Joaquim Nabuco, branco, monarquista e filho de senhor de engenho, foram os responsáveis por defender a causa abolicionista energicamente. Nabuco, inclusive, apesar de provavelmente não ter lido Marx profundamente, demonstrou forte influência do movimento trabalhista, proferindo: “o que é o operário? Nada. O que virá a ser? Tudo” (NABUCO *apud* CHACON, 1965, p. 279). Escreveu, ainda, reflexões sobre a participação do intelectual na sociedade: “Castro Alves mostrou bem que num país de escravos a missão dos poetas é combater a escravidão.”

A influência do contato de Tobias Barreto com Marx sobre outros intelectuais é notável, em particular sobre os integrantes da Escola de Recife, que também chegaram a mencionar o autor d’*O capital* com maior ou menor propriedade. Um exemplo de vulgaridade cometida ao mencionar o alemão é a citação de Rui Barbosa, que taxou Marx de apóstolo da partilha do capital (BARBOSA *apud* CHACON, 1965, p. 277), atribuindo-lhe um caráter reformista incoerente com o que realmente expressava a crítica da economia política. Temos, ainda, o exemplo de Sílvio Romero. Este, segundo Konder (1988, p. 75), provavelmente não se aprofundou nos estudos de Marx. No entanto, certamente foi influenciado pelo autor ao buscar ir além do culturalismo de Tobias Barreto e elaborar seu culturalismo social, como aponta Paim (1997, p. 90). Além disso, de acordo com Konder, Romero chegou a alertar seus leitores, por meio de uma nota de rodapé, que o livro *Analise della proprietà capitalista*, de Achille Loria, não apenas plagiava *O capital* como tentava refutá-lo.

O jornalista Gil Francisco Santos notou a influência exercida por Tobias Barreto no PCB, fundado em 1922, como já mencionado. O jornalista nos revela que Astrojildo Pereira, fundador do PCB, chegou a escrever, em 1956, um artigo intitulado Lênin e Tobias Barreto, comparando algumas ideias do sergipano com a teoria de Lênin da crítica e autocrítica. De fato, quando deputado, Barreto pressionava o Partido Liberal, ao qual era filiado, a apresentar seus erros e defeitos para, então, examiná-los e corrigi-los conjuntamente. Em discurso para o Club Popular chegou a proferir:

As classes, os partidos de qualquer ordem são como os indivíduos: desde que não fazem eles mesmos o seu exame de consciência, não

reconhecem se dispõem a mudar de rumo, de norma de conduta, é baldado todo o esforço que por ventura se empregue para dirigi-los pela reta senda. (BARRETO *apud* SANTOS, 2018)

### ***Euclides da Cunha e o direito ao roubo***

A aproximação com o pensamento de Karl Marx não se limitou à Escola de Recife. Apesar do raso contato com o pensador alemão entre os intelectuais brasileiros, principalmente nas décadas antecedentes à Revolução Russa, há alguns registros que demonstram grande avanço na compreensão da realidade brasileira utilizando as contribuições de Marx e sua obra magna (ou pelo menos escritos relacionados a ela).

Euclides da Cunha foi responsável por alguns desses registros. O engenheiro carioca havia participado, em 1897, da Guerra de Canudos como jornalista correspondente. Narrou a experiência nas obras *Os sertões* e *O diário de uma expedição*, hoje clássicos da literatura brasileira. É provável que o contato com o sertão brasileiro e a luta dos camponeses pela sobrevivência, que muitas vezes se manifestou na forma de comunidades alternativas, tenham-no aproximado das ideias de Marx, autor que, segundo ele, afastou-se das idealizações e apresentou uma “análise rigorosa dos materiais objetivos” (CUNHA *apud* CHACON, 1965, p. 283). Ainda segundo Cunha, foi “com este inflexível adversário de Proudhon que o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva” (CUNHA *apud* CHACON, 1965, p. 282).

No primeiro de maio de 1904, na ocasião do Dia Internacional dos Trabalhadores, Cunha publicou, no jornal *O Estado de S. Paulo*, um artigo intitulado Um velho problema, em que analisava a situação da classe trabalhadora com uma profundidade, do ponto de vista marxista, incomum para a época. É evidente aqui o contato de Euclides da Cunha com Marx e diversos outros socialistas e demais críticos do capitalismo.

O carioca demonstrava como foi a passagem do antigo regime para o modo de produção capitalista, com ênfase na Revolução Francesa e seu legado para o mundo, apresentando este processo de forma crítica:

De sorte que a última pancada do Antigo Regime – já longamente solapado e prestes a cair por si mesmo – se fez o excesso de energias que atirou sobre os destroços da ordem antiga as ruínas da ordem nova planeada. Exclusivamente atraída pelo programa, que se lhe afigurava enorme e pouco valia, de derruir as classes privilegiadas, a Revolução firmou, nos “direitos do homem”, um duro individualismo que na ordem espiritual significava a negação dos seus melhores princípios e na ordem prática equivalia a destruir

as corporações populares, isto é, a única criação democrática da Idade Média. (CUNHA, 2018)

Euclides da Cunha também denunciava as injustiças sociais sofridas pela classe trabalhadora, relacionando a fome e a miséria ao velho problema que inspirava o título do texto em questão: a propriedade privada, que, assim como Proudhon em *O que é a propriedade?* (1840), o autor considerava um roubo. Esse roubo, no entanto, não era para Cunha um crime qualquer, mas um crime legalizado, um direito legalmente assegurado a uma minoria da população:

Li há tempos alentada dissertação sobre um singularíssimo direito expresso em velhas leis consuetudinárias da Borgonha. Direito de roubo... (...) Tratava-se, ao parecer, de um código da indigência; e os graves doutores, no avantajarem-se tanto, rompendo com nobre rebeldia as barreiras da moral comum, para advogarem a causa da enorme maioria de espoliados, chegavam à conclusão de que a opulência dos ricos se traduzia como um *delitum legale*, um crime legalizado. (CUNHA, 2018)

Em *Um velho problema*, Euclides da Cunha demonstrava ter conhecimento da economia política e da crítica da economia política elaborada pelo autor d'*O capital*. É notável que o engenheiro se sentiu contemplado pela teorização sobre a categoria valor, elaborada por Adam Smith e David Ricardo e, posteriormente, por Marx. Mais do que isso, Cunha posicionava-se de acordo com a crítica enérgica ao capitalismo com base na análise de sua estrutura e o reflexo nefasto que esta gerava para os trabalhadores do mundo. Ele não chegou a se considerar marxista ou socialista, mas sua exposição no artigo mencionado indica uma boa leitura do pensador alemão, e provavelmente da sua obra principal, *O capital*, na edição francesa ou espanhola, visto que Euclides da Cunha não dominava a língua alemã.

A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda coligados, as produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irreduzível: a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. E um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação. (...) A exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina. De fato, esta, na permanente passividade da matéria, é conservada pelo dono; (...) e quando morre – digamos assim – fulminada pela pletora de força de uma explosão ou debilitada pelas vibrações que lhe granulam a musculatura de ferro, origina a mágoa real de um desfalque, a tristeza de um decréscimo da fortuna, o luto inconsolável de um dano. Ao passo que o operário, adstrito a salários escassos demais à sua subsistência, é a máquina que se conserva por si, e mal; as suas

dores recalca-as forçadamente estoico; as suas moléstias, que, por uma cruel ironia, crescem com o desenvolvimento industrial (...) quando morre, afinal, às vezes subitamente triturado nas engrenagens da sua sinistra sócia mais bem aquinhoada, ou lentamente (...) ninguém lhe dá pela falta na grande massa anônima e taciturna, que enxurra todas as manhãs à porta das oficinas. (CUNHA, 2018)

Cunha percebeu que é no exame do processo produtivo, no qual o trabalhador se confronta com a máquina, que se revela a enorme contradição entre capital e trabalho, e se expõem as injustiças agravadas pelo caráter egoísta do capitalismo, que, na administração das forças produtivas, conserva muito melhor os “aparelhos metálicos” que os “aparelhos de músculos e nervos”. O autor conclui que, neste confronto, “está em grande parte a justificativa dos socialistas no chegarem todos ao duplo princípio fundamental: Socialização dos meios de produção e circulação; posse individual somente dos objetos de uso” (CUNHA, 2018).

Apesar de se mostrar claramente favorável a uma revolução socialista, a posição de Euclides da Cunha quanto às características deste processo parece não coincidir com as de Marx. Cunha dividia os socialistas em três tipos: os que acreditavam que o sistema atual cairá por meio de uma “revolução violenta” (para ele, o meio menos ameaçador à classe dominante); os que acreditavam que o processo poderia ser violento ou não, a depender do grau de resistência a ele; e os evolucionistas, que acreditavam que o capitalismo deveria cair pacificamente, usando de medidas violentas apenas de forma transitória, para “abrirem caminho à própria evolução”.

Essa concepção de Cunha, baseada em autores como Ferri e Colajanni, afasta-se da visão de Marx, que busca compreender as contradições existentes em cada período histórico e como estas contradições se comportam ao longo do tempo. Cunha, pelo contrário, atribuía à sociedade uma dinâmica idêntica à evolução da natureza, na qual as grandes transformações são a consequência natural da soma de pequenas mudanças, por vezes imperceptíveis e, a partir dessa perspectiva, posicionava-se em defesa de uma espécie de reformismo.

Friedrich Engels chegou a abordar algumas das questões expostas por Euclides da Cunha. Em *Anti-Dühring* (2015), ao tratar do que ele chamava de leis da dialética e expor o funcionamento da negação da negação, Engels enfatizava que objetos diferentes possuem contradições diferentes, sendo, portanto, incorreto transpor a análise da dialética da natureza à dialética das ciências exatas ou à dialética da sociedade e da economia. Segundo ele: “Se digo que todos esses processos são negação da negação, estou sintetizando



todos eles nessa lei do movimento e, justamente por isso, desconsidero as peculiaridades de cada processo específico.” (ENGELS, 2015, pp. 170-1)

Além disso, o parceiro de Marx e teórico do socialismo científico também se posicionou favoravelmente à eventual necessidade da ação violenta pelo proletariado, destacando, em *Princípios básicos do comunismo* (1847), que os comunistas deveriam evitar a violência, mas que ela, entretanto, pode ser necessária a depender da reação dos opositores. No *Manifesto comunista* (1848) Marx e Engels utilizavam-se dessa ideia, afirmando que os comunistas “declaram abertamente que os seus fins só podem ser alcançados pelo derrube violento de toda ordem social até aqui” (MARX; ENGELS, 2018). Essa perspectiva condiz, ainda, com as elaborações de Marx acerca do estado, ao afirmar que entre a sociedade capitalista e a comunista existirá um “período político de transição cujo estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado” (MARX, 2018).

Walnice Nogueira Galvão, em um comentário a Um velho problema escrito para o jornal *O Estado de S. Paulo*, exalta a importância de Euclides da Cunha para a intelectualidade brasileira, destacando que o autor, pouco depois do marco literário que foi a publicação de *Os sertões*, foi também eleito para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico. Galvão aponta que, anteriormente à Guerra de Canudos, era comum as pessoas se manifestarem favoravelmente ao extermínio dos conselhistas, frequentemente referindo-se a eles por nomes pejorativos. No entanto, após a população ter tomado conhecimento do ocorrido na Guerra, fato que contou com a inestimável contribuição de *Os sertões*, a opinião pública passou por grandes mudanças, voltando-se contra os responsáveis pelo massacre. A trajetória de Euclides da Cunha é marcada, portanto, pela crítica das injustiças e a defesa dos oprimidos. Assim, posicionou-se pelos canudenses, posteriormente fez o mesmo pelos seringueiros da Amazônia e, em Um velho problema, pelo proletariado do mundo.

Para abalar a terra inteira, basta que a grande legião à marcha pratique um ato simplíssimo: cruzar os braços... Porque o seu triunfo é inevitável. Garantem-nos as leis positivas da sociedade que criarão o reinado tranquilo das ciências e das artes, fontes de um capital maior, indestrutível e crescente, formado pelas melhores conquistas do espírito e do coração... (CUNHA, 2018).

## **O Capital entre os militantes brasileiros**

A década de 1890 foi marcada pelo surgimento de diversas organizações operárias de cunho socialista que se aproximavam em maior ou

menor grau do comunismo de Karl Marx. Os principais posicionamentos, no entanto, estavam longe de utilizar o marxismo como forma de interpretação da realidade brasileira, em geral não apresentando alternativas à república. Era esse o posicionamento do grupo associado ao jornal *Voz do Povo*, fundado em 1890 e dirigido pelo tipógrafo José Veiga, e do Partido Operário, fundado no mesmo ano e presidido por Roberto Kinsmann Benjamin. Como aponta Claudio H. M. Batalha (1995), essa postura está presente no jornal *Echo Popular*, dirigido pelo Partido Operário, que em seu *Manifesto-programa à classe operária* dizia:

Resolveu-se formar (...) o Partido Operário sobre base sã e sólida. Partido, que evitando tudo quanto possa originar anarquia ou sedição, tem por fim somente o melhoramento e o bem-estar das classes menos favorecidas da fortuna, a conservação e ampliação dos direitos cívicos de cada cidadão pertencente a esta importantíssima classe, e o progresso e o engrandecimento deste país – a grande República do Estados Unidos do Brasil. (ECHO POPULAR *apud* BATALHA, 1995, pp. 32-3)

Em 1892 ocorreu no Rio de Janeiro o Congresso Operário Nacional, que deu origem ao Partido Operário do Brasil. Pela primeira vez se discutia (sem, no entanto, muita ênfase) a questão da propriedade dos meios de produção e o partido chegou a representar o Brasil na II Internacional, sendo o único a fazê-lo, como aponta Batalha.

Já em 1895, surgiu uma nova organização também no Rio de Janeiro, que adotou o nome de Partido Operário Socialista. O programa do partido se aproximava mais do marxismo que seus antecessores, sendo, inclusive, semelhante ao programa do Partido Socialista Brasileiro de 1902, em que constava:

os grandes males e as grandes injustiças da presente organização social derivam do fato de serem os homens divididos em duas distintas classes – capitalistas e trabalhadores, ou assalariados ou proletários; que a classe dos capitalistas, com o monopólio dos meios de produção e da troca, e com o exercício do inadmissível domínio e do aproveitamento do produto do trabalho alheio, leva à consequência lógica da degeneração física e moral da classe dos trabalhadores, bem como da escravidão econômica e da opressão política... (PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO *apud* BATALHA, 1995, p. 34).

Há, no entanto, indícios de que a militância marxista antecede os partidos mencionados até então. Chacon (1965) aponta o médico sergipano Silvério Fontes, nascido em 1858, como o primeiro militante marxista brasileiro. De origem positivista, logo se aproximou de Marx como suporte para a luta abolicionista e republicana, utilizando-se do autor de *O capital*

para melhor compreender a situação da classe trabalhadora e melhor dialogar com ela.

Em 1889 fundou, em Santos, um círculo socialista junto de Sóter de Araújo e Carlos Escobar. Mais tarde, em 1895, fundou o Centro Socialista de Santos, que se organizava em torno do jornal *A Questão Social*, que reivindicava o pensamento de Karl Marx em detrimento do pensamento anarquista que tinha força na época. Em seus escritos, enfatizava o problema dos imperativos econômicos do modo de produção capitalista sobre a sociedade, perspectiva pouco comum entre os socialistas daquele momento, principalmente entre os não-marxistas. Silvério Fontes, no entanto, não reduzia seu pensamento a uma interpretação vulgar de um aparente determinismo econômico na obra do pensador alemão, apontando a influência de fatores não econômicos no problema social, como já haviam destacado Marx e Engels em suas obras.

Se cada socialista deve levar uma pedra para o novo edifício social, o Centro de Santos sente-se satisfeito de ter iniciado, entre nós, a propaganda da doutrina reformadora, estribando-se na trilogia marxista: interpretação materialista da história, determinismo econômico e luta de classes. (...) Não queremos dizer com isso que o problema social seja uma reforma exclusivamente econômica, pois dela nascerá a principal reivindicação proletária. Entretanto, forçoso é confessar que as aspirações humanas devem ser integralizadas e a questão social passa a ser complexa, isto é, tanto literária como filosófica, tanto afetiva como estética, tanto moral como política. (FONTES *apud* CHACON, 1965, p. 288)

Em 1902, Silvério Fontes, junto de outros destacados socialistas como Ascendino Reis, Alceste de Ambrys, Ludgero de Souza, Estevam Estrella e Valentim Diego assinaram um manifesto do Partido Socialista Brasileiro fortemente inspirado no *Manifesto comunista* de Marx e Engels e cujo apêndice contava com uma lista de “livros mais recomendáveis para o estudo do socialismo científico”. Nessa lista encontram-se títulos como *O capital* (em francês), *Manifesto comunista*, *Histoire du socialisme* (Jean Jaurès), *La femme* (August Bebel), *Socialisme scientifique* (Gabriel Déville), além de obras de Malon, Enrico Ferri, Magalhães Lima e Friedrich Engels.

É notável, com base nesse registro, primeiramente a forte influência do socialismo francês entre os brasileiros, fato que implicou certa dificuldade para se aplicar os estudos feitos na França à realidade local, com um proletariado extremamente diferente, pouco motivado em comparação aos europeus – que carregavam a memória da Revolução Francesa e a influência da razão iluminista. Além disso, nota-se a presença de obras fundamentais

para o socialismo científico entre as leituras dos militantes brasileiros, entre elas, o alvo desta investigação: *O capital*.

A agitação promovida pelos militantes socialistas da década de 1890 tendo Silvério Fontes (que mais tarde ingressaria no PCB) talvez como seu principal expoente, foi fundamental para a propagação das ideias de Karl Marx e Friedrich Engels, consolidando entre os militantes brasileiros o arcabouço teórico atribuído ao socialismo científico, que veio a ser uma forte oposição ao idealismo que marcava os pensadores e militantes até então. Guedes Coutinho, influenciado por esta tradição, veio a escrever para o jornal *Echo Operário* em 1897:

as teorias científicas do grande Carlos Marx, o maior talento econômico do nosso século, o mais sóbrio e profundo sociólogo conhecido. Adam Smith, o ilustre economista inglês, pai da economia política ainda hoje seguida, foi vencido pela lógica e razões indestrutíveis do nosso mestre que, com incomparável perspicácia, mergulhou no vasto e profundo caos da história, arrancando dos seus arcanos o material sólido com que construiu esse colossal monumento científico a que deu o nome de *Capital* (COUTINHO *apud* BATALHA, 1995, p. 13).

A assimilação do pensamento de Marx entre os brasileiros conheceu inúmeras barreiras, mesmo contando com a dedicação das principais figuras do movimento operário dessa década. Ainda enfrentou, posteriormente, um quadro de hegemonia anarquista que persistiu até a eclosão da Revolução Russa e a fundação do PCB que, apesar de limitado quanto ao conhecimento teórico do socialismo científico, possibilitou a propagação das ideias de Marx entre os socialistas.

## **Conclusão**

Frente à campanha abolicionista, crise da monarquia e início da I República, parte dos intelectuais brasileiros percebeu a importância do pensamento de Karl Marx para compreensão da realidade social, política e econômica do Brasil, utilizando-se das contribuições do chamado socialismo científico para embasar suas análises e propor alternativas ao cenário conturbado em que viviam. No entanto, essa aproximação do marxismo, de forma geral, não se converteu num estudo aprofundado ou em uma militância comunista ativa, pelo menos não até a criação do PCB, o que dificultou a assimilação da totalidade do pensamento de Marx e sua crítica da economia política em estágio mais maduro.

No movimento operário essa assimilação foi ainda mais difícil. As dificuldades da época, como a falta de acesso às obras de Marx e a hegemonia anarquista entre os militantes, fizeram que poucos partidos e organizações utilizassem o marxismo como pensamento constituinte de sua prática sem vulgarizá-lo a ponto de atribuir a Marx ideias reformistas ou de distribuição de riquezas.

Ao destacarmos os diálogos em torno da principal obra de Marx, *O capital*, as dificuldades de assimilação do pensamento marxista tornam-se ainda mais acentuadas. Tobias Barreto, o provável primeiro leitor brasileiro, não demonstrou ter realizado estudos profundos sobre a obra, resumindo-se a conclusões que vão pouco além do conteúdo do “Posfácio” à segunda edição. Euclides da Cunha, fortemente inspirado por Marx ao defender o proletariado brasileiro, foi além na interpretação da realidade e da luta de classes, mas não nos fornece registros quanto a sua possível leitura d’*O capital*. Por fim, Silvério Fontes, um dos primeiros militantes socialistas do Brasil, deixou-nos fortes indícios de que estudou *O capital* e certamente contribuiu para a sua divulgação entre o movimento operário brasileiro, ao incluí-lo na lista de obras recomendadas para o estudo do socialismo.

Se, por um lado, há poucas informações sobre leituras d’*O capital* entre os brasileiros anteriormente à fundação do PCB ou à eclosão da Revolução Russa, por outro, há a certeza de que as poucas leituras realizadas surtiram impacto significativo entre os intelectuais e no movimento operário brasileiro. A crítica da economia política presente nessas leituras, ainda que sutil e, por vezes, vulgar, contribuiu para a formação de um movimento socialista cada vez mais consciente dos males estruturais do modo de produção capitalista e mais próximo de uma postura revolucionária.

### **Referências bibliográficas**

- BATALHA, Claudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1995.
- CHACON, Vamireh. *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CUNHA, Euclides da. Um velho problema. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 maio. 1904. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/especiais/euclides/capitulo-8.php#artigo16>>, acessado em 11 jan. 2018.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. *Princípios básicos do comunismo*. Lisboa/Moscú: Editorial Avante!/Edições Progresso, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>>, acessado em 11 jan. 2018.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Lisboa/Moscú: Editorial Avante!/Edições Progresso, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>>, acessado em 11 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política l. I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Lisboa/Moscú: Editorial Avante!, 1997. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>>, acessado em 11 jan. 2018.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Medo à utopia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

PAIM, Antônio. *A escola de Recife: estudos complementares à história das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: UEL, 1997.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *O que é a propriedade?* Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

SANTOS, Gil Francisco. Tobias Barreto e o exercício da autocrítica. *Observatório da Imprensa*, 2017. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/tobias-barreto-e-o-exercicio-da-autocritica/>>, acessado em 11 jan. 2018.

Como citar:

PRATES, Bruno Prado. Breve histórico das recepções de *O capital* no Brasil (1867-1917). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 270-283, abr./2018.

Data de envio: 2/2/2018

Data de aceite: 2/5/2018